



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

21/07/2015

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. OUVIDORIA.....	1 - 2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. JUÍZES.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	4
3.2. OUVIDORIA.....	5 - 6
3.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	7
3.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	8 - 10
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	11
4.2. JUÍZES.....	12
4.3. OUVIDORIA.....	13
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. OUVIDORIA.....	14
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. COMARCAS.....	15
6.2. JUÍZES.....	16

Ouvidoria do Judiciário atinge mais de 2,6 mil atendimentos no primeiro semestre

Pág. 4

Ouvidoria do Judiciário atinge mais de 2,6 mil atendimentos no primeiro semestre



A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 2.608 atendimentos de janeiro até a primeira semana de julho de 2015. O órgão pode ser acionado por meio de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça, do Telejudiciário (0800-707-1581), serviço "Fale Conosco" ou presencialmente no Fórum de São Luís (Calhau).

Todos os questionamentos apresentados pelos cidadãos são encaminhados ao departamento responsável, que tem o

prazo de três dias para providenciar a resposta. Para orientar os cidadãos sobre as formas de se manifestar, a Ouvidoria mantém um vídeo no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A Internet continua sendo o meio mais utilizado pelos usuários para solicitar informações e esclarecer as dúvidas, com 1.578 registros (60%) realizados por formulário eletrônico, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br) ou pelo link "Fale Conosco", disponíveis no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br).

O Telejudiciário (0800-707-1581) é outro canal bastante acessado, com 760 registros (29%), incluindo o agendamento de sessões de conciliação, consultas sobre movimentações processuais, entre outros procedimentos. Na forma presencial, foram feitos 155 atendimentos (6%). Os demais canais são as Ouvidorias do CNJ e do Ministério Público e o Sistema Digidoc – de movimentação eletrônica de processos administrativos do TJMA.

RECLAMAÇÕES - O item "reclamações" liderou a lista das manifestações, com 2.073 registros. Entre os principais assuntos reclamados pela população, a morosidade processual continua sendo o principal, com 1.780 manifestações, o que equivale a 85% do total.

Para o Ouvidor Judiciário, desembargador Paulo Velten Pereira, os dados gerados pelas manifestações que chegam à Ouvidoria, pautam medidas mais incisivas que estão sendo tomadas com o fim de priorizar a atenção à Justiça de 1º Grau. "A morosidade processual é um problema nacional. Na justiça estadual, algumas ações são adotadas para otimizar a atividade jurisdicional, como os centros de conciliação, convocação de novos juízes, planejamento estratégico, implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e comissão sentenciante itinerante da Corregedoria Geral da Justiça", diagnostica.

A adoção de ordem cronológica de julgamentos de processo pelos juízes é uma das sugestões da Ouvidoria para também acelerar a tramitação. "Tal norma constante do novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor no próximo ano, prevê tratamento isonômico aos jurisdicionados e maior previsibilidade para a solução dos litígios", defende o desembargador.

Juiz dissolve júri após mães de acusados visitarem jurados

O juiz Marcos Adriano Ramos Fonsêca dissolveu o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras (MA) que julgaria os réus Ozael Dantas Neto, Paulo Vinícius do Nascimento Rodrigues e João Batista dos Santos, acusados pelo homicídio qualificado de Raimundo Sales Pereira, conhecido como “Raimundo da

Van”, assassinado com seis tiros no dia 21 de setembro de 2012, em Trizidela do Vale (MA). A informação foi divulgada na última segunda-feira (20) pelo Ministério Público Estadual (MP-MA).

A dissolução foi aprovada após solicitação realizada no 16 de julho pelos promotores de

Justiça Sandra Soares de Pontes, titular da 1ª Promotoria da Comarca, e Benedito Coroba, que atuou como auxiliar no julgamento.

Segundo os promotores, as mães de dois dos acusados visitaram os possíveis jurados antes das notificações judiciais e pediram a absolvição dos réus,

gerando “clima de desconforto e medo”. Um dos possíveis jurados afirmou à mãe de um dos acusados que absolveria o réu, por medo de represálias contra ele e sua família. O juiz também determinou a instauração de inquérito policial pelo delegado de Trizidela do Vale para apurar as circunstâncias das visitas.

Juiz dissolve Conselho de Sentença ao constatar parcialidade do jurado

De acordo com o MP, mães dos réus teriam visitado as pessoas listadas para o júri

A pedido do Ministério Público (MP), o juiz Marcos Adriano Ramos Fonsêca dissolveu, após ser constatada parcialidade do jurado, o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras (distante 276 km de São Luís) que atuaria no julgamento dos réus Ozael

Dantas Neto, Paulo Vinicius do Nascimento Rodrigues e João Batista dos Santos, acusados pelo homicídio qualificado de Raimundo Sales Pereira, o Raimundo da Van. A informação foi divulgada ontem pelo Ministério Público do Maranhão.

A dissolução foi aprovada após solicitação realizada no dia 16 de julho pelos promotores de Justiça Sandra Soares de Pontes, titular da 1ª Promotoria da Comarca de Pedreiras, e Benedito Coroba, que atuou como auxi-

liar no julgamento.

Crime - O crime ocorreu em 21 de setembro de 2012, no município de Trizidela do Vale, quando Raimundo da Van foi alvejado com seis tiros enquanto se preparava para sair para trabalhar. Ozael Dantas Neto, Paulo Vinicius do Nascimento Rodrigues e João Batista dos Santos foram apontados como os responsáveis pelo delito.

Os representantes do MP constataram que as mães de

dois dos acusados visitaram os possíveis jurados, mesmo antes de suas notificações judiciais, e pediram a absolvição dos réus.

Mesmo achando que o réu deveria ser condenado, um dos possíveis jurados teria afirmado à mãe de um dos acusados que o absolveria, por medo de represálias contra ele e sua família. Além de dissolver o conselho, o juiz também determinou a instauração, pelo delegado de Trizidela do Vale, de inquérito.

Ouvidoria do Judiciário reúne mais de 200 pessoas em audiência pública

Gestores e membros da sociedade civil foram ao evento realizado em São João dos Patos

SÃO JOÃO DOS PATOS - A falta de juiz titular na Comarca de São João dos Patos foi o primeiro questionamento feito pelas cerca de 200, entre gestores públicos, sindicalistas, estudantes e membros da sociedade civil organizada, que participaram da audiência pública realizada pela Ouvidoria do Poder Judiciário, no município.

O evento - que ocorreu na Câmara dos Vereadores de São João dos Patos, neste mês - foi transmitido, ao vivo, pela Rádio Web Justiça do Maranhão, órgão de comunicação digital do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A audiência foi conduzida pelo ouvidor-geral do Poder Judiciário, desembargador Paulo Velten, que respondeu às manifestações apresentadas pela população sobre os serviços da Justiça.

O evento contou com a presença do diretor da Escola Superior da Magistratura (Esmam) e presidente da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon.

Resposta - Sobre a falta de juiz titular, Paulo Velten ressaltou o esforço da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em suprir essa deficiência, com a homologação do

concurso para juiz de Direito substituto, pela presidente da Corte Estadual de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, que anunciou a nomeação de 30 magistrados para atuarem em comarcas do estado.

Outra questão levantada na audiência foi a ausência de membros da Defensoria Pública e a demora no atendimento pela Promotoria de Justiça. Os questionamentos foram respondidos pelos próprios membros dos dois órgãos de Justiça, que se fizeram presentes no evento.

Na ocasião, o ouvidor-geral do Poder Judiciário enfatizou a importância de as pessoas abandonarem a cultura da litigância, que consiste em levar qualquer divergência à Justiça, causando, com isso, uma demanda processual gigantesca no âmbito do Judiciário, onde tramitam hoje cerca de 100 milhões de processos.

Durante a audiência, foi sugerida a criação de um Centro de Conciliação na Região do Alto Sertão Maranhense para atender aquele polo judicial que reúne 15 comarcas (Barão de Grajaú, Buriti Bravo, Colinas, Loreto, Matões, Mirador, Paraibano, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, São Francisco do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras e Sucupira do Norte).

Mais notícias
de Cidades em:
oestadoma.com.br

A OUVIDORIA do Poder Judiciário do Maranhão registrou 2.608 atendimentos de janeiro até a primeira semana de julho. O órgão, entre outros meios, pode ser acionado por meio de formulário eletrônico disponível em sua página. Todos os questionamentos apresentados pelos cidadãos são encaminhados ao departamento responsável, que tem o prazo de cinco dias para providenciar a resposta.

Semana Nacional de Conciliação em novembro

A Corregedoria da Justiça do Maranhão já iniciou os trabalhos para a Semana Nacional da Conciliação deste ano, de 23 a 27 de novembro. A semana é uma promoção do Conselho Nacional de Justiça com apoio dos tribunais brasileiros. A expectativa é que o Maranhão supere os números de anos anteriores. Durante a

Semana, serão levados à pauta somente os casos em que a ação já está ajuizada, quando são realizadas as conciliações processuais. O outro caso possível, mas que não é contabilizado durante a mobilização nacional, é a conciliação pré-processual ou informal, que ocorre em casos em que ainda não há processo instaurado.

Douglas Junior

Dias contados?

O Aterro da Ribeira, em São Luís, deve ser interditado até o dia 25 deste mês, segundo decisão judicial, em resposta a ação do Ministério Público que tramita há vários meses; o destino dos resíduos será o povoado Buenos Aires, município de Rosário. **Cidades 1**



Aterro da Ribeira deve ser fechado definitivamente em cinco dias

Situado no Distrito Industrial, o aterro compreende uma área de cerca de 40 hectares, que chegava a receber 26 mil toneladas de lixo por mês; decisão judicial é datada de 17 de junho e atende a ação promovida pelo Ministério Público contra a Prefeitura

O aterro da Ribeira deve ser interditado até o dia 25, de acordo com uma decisão do juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís. A decisão de junho determina a interdição definitiva do espaço, que recebia milhares de toneladas de lixo. Caso não haja o cumprimento da decisão por parte do Município, a multa diária é de R\$ 10 mil.

A decisão da Justiça é datada do dia 17 de junho. Além de interditar o Aterro, o Município deve ainda impedir a colocação de quaisquer espécies de resíduos sólidos ou líquidos, ou rejeitos, naquele equipamento público, devendo exercer seu poder de polícia para impedir e reprimir o lançamento desses resíduos por terceiros em um raio de 3 km do Aterro, a contar do centro dele.

Ainda de acordo com a decisão, o Município tem prazo de 90 dias para apresentar a Licença Ambiental necessária à desativação do Aterro da Ribeira, devidamente instruída com os estudos ambientais necessários, incluídos aí o tratamento de gases e resíduos líquidos gerados pelo Aterro, bem como a segurança da

contenção de taludes e a redução do aterro, que serve como foco atrativo de pássaros. A multa diária pelo não cumprimento das determinações é de R\$ 10 mil.

Descumprimento - A última decisão judicial atende a cumprimento de sentença de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Estadual (MP) contra o Município de São Luís, Coliseu - Companhia de Limpeza e Serviços Urbanos - e Estado do Maranhão. O MP protocolou petição alegando o não cumprimento de ordem judicial anterior e requerendo as medidas determinadas pelo magistrado (prazo para interdição, apresentação de licença ambiental para a desativação e ampla publicidade da decisão).

A Prefeitura de São Luís vinha descumprindo os prazos para desativação do aterro. Primeiro, o prazo legal para o cumprimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos terminou em agosto do ano passado. No entanto, por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), foi dado novo prazo até fevereiro deste ano. Mesmo com o novo prazo, a Prefeitura não cumpriu as determinações do Plano.

Risco - Faltando menos de uma semana para a data determinada para interdição definitiva, caminhões ainda fazem o descarte de resíduos no local. Grande parte do terreno já foi coberta por camadas de argila, para que depois seja feita uma drenagem dos gases contidos na área do lixão e provocados pelo acúmulo de sujeira ao longo dos anos. Mas, há um ponto que ainda serve para o descarte dos caminhões e concentra grande quantidade de lixo, urubus e outras aves.

Com o funcionamento do aterro sanitário por vários anos, houve o aumento considerável da população de aves na região, principalmente no entorno do aeroporto de São Luís. A situação aumentou também o risco de acidentes envolvendo aves e aeronaves.

De acordo com dados do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), foram registradas 11 ocorrências neste ano na região do aeroporto. Foram dois avistamentos e nove colisões, nas várias etapas do voo (pouso, decolagem e aproximação). No mesmo período do ano passado, foram 23 ocorrências.

Douglas Júnior



Até o dia 25 deste mês o Aterro da Ribeira deve ser interdito e não poderá receber mais lixo da cidade

Saiba mais

Procurada por O Estado, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços (Semosp) informou, em nota, que a coleta de resíduos domiciliar nas comunidades do entorno da base aérea do Aeroporto Marechal Cunha Machado é realizada às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, sendo a cobertura do serviço diurno para uma área e noturna para outra. A Semosp informou ainda que desenvolve com regularidade ações para coibir o descarte irregular de resíduos na região, principalmente no entorno do muro da Infraero, entre essas a colocação de placas, além da promoção de palestras com os moradores. A Semosp esclarece ainda que, após o dia 25 de julho, quando ocorrerá o encerramento das operações do Aterro da Ribeira, o destino dos resíduos domiciliares produzidos em São Luís será a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos (CTR), localizada no povoado Buenos Aires, município de Rosário, situada a cerca de 60 km da capital maranhense.

"TODOS POR SÃO LUÍS"

Prefeitura leva ações ao Vicente Fialho

Mais uma edição do "Todos Por São Luís" com ampla aceitação popular. Desta vez, as ações na área de cultura, saúde, infraestrutura, esporte e assistência social foram executadas no bairro Vicente Fialho, com a culminância do projeto no Centro de Saúde Amar, unidade entregue há um mês completamente reformada para a comunidade. O programa, idealizado pela Secretaria Municipal de Comunicação (Secom), tem como parceiros o Governo do Estado, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ/MA).

O prefeito Edivaldo, assim como nas outras edições, teve uma calorosa recepção dos moradores. Tirou "selfies", recebeu abraços, mas ouviu com atenção as demandas de infraestrutura do bairro, embora a maioria dos moradores tenha reconhecido as melhorias que já foram feitas nos últimos meses. Edivaldo salientou as obras que foram realizadas nos bairros e a possibilidade de semanalmente estar perto do povo e sentir os anseios da população de perto.

"O bairro tem recebido várias ações. Várias ruas foram asfaltadas, entregamos a unidade básica de Saúde totalmente

reformada e equipada para a população. E estamos reformando a escola do Bairro. Temos avançado muito nestes dois anos e meio com muitas ações nas áreas da saúde, educação, infraestrutura. E poder ver o programa Todos Por São Luís consolidado dentro dos bairros é motivo de muita felicidade. Um programa que antes eram de 30 em 30 dias e agora é semanal. Então, todos os sábados estamos em um bairro diferente", destacou o prefeito.

A primeira-dama, Camila Holanda, coordenadora geral do programa, acompanhou de perto as ações do programa durante toda a semana, conversando com a população sobre demandas dos bairros. "Estar com as comunidades, manter o diálogo e levar ações diretas da Prefeitura são propostas do programa, que estão sendo cumpridas com êxito a cada edição", afirmou Camila Holanda.

Antes da culminância das ações do programa "Todos por São Luís", o bairro do Vicente Fialho recebeu serviços de requalificação asfáltica, varrição, capina, roçagem, reparação de meios-fios e sarjetas e recolhimento de mais de duas toneladas de bagulhos volumosos com a operação Bota Fora. No ato de culminância, atividades



Esta foi a nona edição do Programa Todos Por São Luís

de várias secretarias levando serviços para os moradores. Acompanhado dos seus auxiliares, o prefeito ouve as demandas, indica a secretaria e já encaminha ao secretário da pasta referente à demanda as soluções cabíveis.

Na área do esporte e lazer, torneio de "travinha", basquete de rua, tênis de mesa, futebol de botão, dama e xadrez foram algumas das atividades que divertiram as crianças. O prefeito entregou pessoalmente o troféu aos campeões do "travinha".

OFICINAS - A grande novidade desta nona edição foi a venda dos produtos feitos por moradores da comunidade nas oficinas promovidas pelo pro-

grama. No próprio evento, os alunos já ganharam dinheiro com a venda de bombons regionais, sorvete, comidas regionais e origami. Na tenda do sorvete, uma equipe de oito alunos, que aprendeu a fazer sorvete em oficina na semana passada, levou mais de 300 sorvetes, com ótima saída. "No calor, é uma ótima opção. Estamos satisfeitos por ter aprendido uma coisa nova e já poder colocar em prática de verdade", disse a estudante Iane Soares.

Além das oficinas de técnicas artesanais, a Prefeitura levou durante a semana curso de informática e palestras educativas para formar a consciência ambiental e cidadã dos moradores.

● Conselho Dissolvido

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi dissolvido, em 16 de julho, o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras, que atuaria no julgamento dos réus Ozael Dantas Neto, Paulo Vinícius do Nascimento Rodrigues e João Batista dos Santos, acusados pelo homicídio qualificado de Raimundo Sales Pereira, conhecido como Raimundo da Van. O crime ocorreu em 21 de setembro de 2012, no município de Trizidela do Vale (Termo Judiciário da comarca). Raimundo da Van foi alvejado com seis tiros, enquanto se preparava para trabalhar. A solicitação foi formulada pelos promotores de justiça Sandra Soares de Pontes (titular da 1ª Promotoria da Comarca) e Benedito Coroba, que atuou como auxiliar no julgamento.

● Clima de Medo

Os representantes do MPMA constataram que as mães de dois dos acusados visitaram os possíveis jurados, mesmo antes de suas notificações judiciais, e pediram a absolvição dos réus, gerando "clima de desconforto e medo". Mesmo achando que o réu deveria ser condenado, um dos possíveis jurados afirmou à mãe de um dos acusados que absolveria o réu, por medo de represálias contra ele e sua família. A decisão de dissolver o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras foi proferida pelo juiz da Comarca, Marcos Adriano Ramos Fonsêca. O juiz também determinou a instauração, pelo delegado de Trizidela do Vale, de inquérito policial para apurar as circunstâncias das visitas aos possíveis jurados. O município de Pedreiras é localizado a 276 km de São Luís.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 2.608 atendimentos de janeiro até a primeira semana de julho de 2015. O órgão pode ser acionado por meio de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça, do Telejudiciário (0800-707-1581), serviço "Fale Conosco" ou presencialmente no Fórum de São Luís (Calhau). Todos os questionamentos apresentados pelos cidadãos são encaminhados ao departamento responsável, que tem o prazo de três dias para providenciar a resposta. Para orientar os cidadãos sobre as formas de se manifestar, a Ouvidoria mantém um vídeo no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

ACESSIBILIDADE

A Internet continua sendo o meio mais utilizado pelos usuários para solicitar informações e esclarecer as dúvidas, com 1.578 registros (60%) realizados por formulário eletrônico, e-mail (ouvidoria@tjma.jus.br) ou pelo link "Fale Conosco", disponíveis no Portal do Judiciário (www.tjma.jus.br). O Telejudiciário (0800-707-1581) é outro canal bastante acessado, com 760 registros (29%), incluindo o agendamento de sessões de conciliação, consultas sobre movimentações processuais, entre outros procedimentos. Na forma presencial, foram feitos 155 atendimentos (6%). Os demais canais são as Ouvidorias do CNJ e do Ministério Público e o Sistema Dirigido - de movimentação eletrônica de processos administrativos do TJMA.

Telejudiciário

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão registrou 2.608 atendimentos de janeiro até a primeira semana de julho de 2015. O órgão pode ser acionado por meio de formulário eletrônico disponível na página do Tribunal de Justiça, do Telejudiciário (0800-707-1581), serviço "Fale Conosco" ou presencialmente no Fórum de São Luís (Calhau).

Audiência pública define metas para segurança em Pinheiro

Na última sexta-feira (17), em audiência pública realizada no Centro de Formação Cultural, na Comarca de Pinheiro (MA), representantes da sociedade civil e membros dos órgãos integrantes do Sistema de Justiça definiram metas visando à melhoria da segurança e do sistema prisional local. O encontro foi promovido pela 1ª Vara Judicial de Pinheiro e coordenado pela juíza Tereza Franco Palhares, titular da unidade.

O maior problema relatado pelos cidadãos que estiveram presentes foi o tráfico de drogas, que, segundo relataram, tem aumentado a cada ano. Como resultado direto do aumento do tráfico e consumo de entorpecentes, estão

os crimes contra o patrimônio e contra a vida, que também apresentam números elevados.

Uma das medidas definidas para coibir a circulação de drogas foi proposta pela juíza coordenadora da audiência. Tereza Palhares sugeriu a intensificação da fiscalização nos terminais de espera para travessia marítima, entre a Ilha de São Luís e o continente, e nos acessos para outras cidades da região. Segundo a magistrada a vulnerabilidade desses pontos facilita a atuação de grupos criminosos.

Ela também lembrou que cerca de dez municípios da Baixada Maranhense ainda estão sem delegado de polícia civil, o que agrava o problema da segurança região onde Pinheiro está inserido. A juíza propôs a criação de uma comissão para monitorar as metas traçadas e definiu uma nova reunião para o dia 20 de agosto, quando também deverá ser discutida a implantação, no município, da metodologia APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

PEDREIRAS

Conselho de Sentença é dissolvido após MP constatar parcialidade de jurado

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), foi dissolvido, em 16 de julho, o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras, que atuaria no julgamento dos réus Ozael Dantas Neto, Paulo Vinícius do Nascimento Rodrigues e João Batista dos Santos, acusados pelo homicídio qualificado de Raimundo Sales Pereira, conhecido como “Raimundo da Van”.

O crime ocorreu em 21 de setembro de 2012, no município de Trizidela do Vale (Termo Judiciário da comarca). Raimundo da Van foi alvejado com seis tiros, quando se preparava para trabalhar.

A solicitação foi formulada pelos promotores de Justiça Sandra Soares de Pontes (titular da 1ª Promotoria da Comarca) e Benedito Coroba, que atuou como auxiliar no julgamento.

DESCONFORTO E MEDO

– Os representantes do MPMA constataram que as mães de dois dos acusados visitaram os possíveis jurados, mesmo antes de suas notificações judiciais, e pediram a absolvição dos réus, gerando “clima de desconforto e medo”.

Mesmo achando que o réu deveria ser condenado, um dos possíveis jurados afirmou à mãe de um dos acusados que absolveria o réu, por medo de represálias contra ele e sua família.

A decisão de dissolver o Conselho de Sentença da Comarca de Pedreiras foi proferida pelo juiz da Comarca, Marcos Adriano Ramos Fonsêca.

O juiz também determinou a instauração, pelo delegado de Trizidela do Vale, de inquérito policial para apurar as circunstâncias das visitas aos possíveis jurados. *(Ascom MPMA)*